Departamento do Trabalho dos EUA

Conclusões sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil – 2020

São Tomé e Príncipe

Em 2020, São Tomé e Príncipe fez um avanço mínimo nos seus esforços para eliminar as piores formas de trabalho infantil. O governo lançou o projecto Empoderamento de Raparigas e Educação de Qualidade para Todos, o qual visa criar espaços de ensino seguros, melhorar a qualidade da infraestrutura escolar e trabalhar com as famílias e comunidades para empoderar as raparigas com aptidões de vida relevantes. Este programa também pretende aumentar a prontidão escolar, tanto para rapazes como para raparigas, fortalecendo significativamente o ensino, especialmente nas matérias de literacia e competência matemática. O governo criou também o Departamento de Protecção da Criança, sob a tutela da Direcção de Protecção Social e Solidariedade. Este novo departamento encabeça uma equipa multissectorial com o foco de combater o trabalho infantil. No entanto, as crianças em São Tomé e Príncipe estão sujeitas às piores formas de trabalho infantil, incluindo a exploração sexual comercial. As crianças também desempenham trabalhos perigosos na agricultura. Ao abrigo do Código de Trabalho, crianças com menos de 14 anos de idade podem trabalhar em determinadas circunstâncias, o que não é coerente com as normas internacionais. Por fim, a escassez de recursos financeiros resultou na limitação dos esforços por parte das autoridades de aplicação da lei, e as autoridades de aplicação do direito penal não tomaram medidas para combater o trabalho infantil durante o período em análise. Ademais, o Plano de Acção Nacional para a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil não foi executado devido à escassez de recursos financeiros.

Acções Governamentais Sugeridas para a Eliminação do Trabalho Infantil

Com base no relatório, sugerem-se acções que avançariam a eliminação do trabalho infantil em São Tomé e Príncipe.

Acções Governamentais Sugeridas para a Eliminação do Trabalho Infantil		
Área	**Acção sugerida**	**Ano(s) sugerido(s)**
Estrutura jurídica	Aderir ao protocolo facultativo da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança sobre a Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil.	2014 – 2020
	Certificar-se de que a lei estipule a proibição penal do recrutamento de crianças com menos de 18 anos de idade por grupos armados não estatais.	2016 – 2020
	Garantir que a idade mínima para trabalhar de 15 anos de idade se aplique a todas as crianças.	2018 – 2020
	Adoptar legislação que defina as actividades e condições em que o trabalho ligeiro é permissível.	2018 – 2020

Acções Governamentais Sugeridas para a Eliminação do Trabalho Infantil		
Área	**Acção sugerida**	**Ano(s) sugerido(s)**
	Assegurar a protecção legal para todas as crianças, incluindo crianças trabalhadoras autónomas.	2015 – 2020
Fiscalização	Reforçar a Inspecção-Geral do Trabalho pondo em curso inspecções de rotina baseadas em análise de dados relacionados com sectores susceptíveis a riscos e padrões de incidentes graves.	2017 – 2020
	Assegurar que os inspectores e investigadores recebam formação apropriada e munir os inspectores de trabalho e investigadores criminais com os recursos necessários para levarem a cabo inspecções, nomeadamente combustível e transporte.	2009 – 2020
Coordenação	Garantir que a Comissão de Combate ao Trabalho Infantil esteja apta a levar a cabo o mandato pretendido.	2020
Políticas governamentais	Adoptar políticas para fazer face às piores formas de trabalho infantil, designadamente a exploração sexual comercial de crianças.	2020
Programas sociais	Implementar programas voltados especificamente para o trabalho infantil na agricultura.	2010 – 2020
	Publicar actividades empreendidas no sentido de implementar o Programa de Trabalho Decente no País durante o período em análise.	2020